

Sucessão de desacertos marcam a política para o Saneamento no Pará

PRIVATIZAÇÃO E APROVEITAMENTO DOS TRABALHADORES/AS DA COSANPA

Na manhã desta terça-feira, 23/06, o povo paraense teve mais um capítulo da desastrosa história da política ou falta de política no que se refere ao Saneamento no Estado do Pará.

Os deputados aprovaram o Projeto de Lei 459 do executivo que trata do aproveitamento dos trabalhadores/as da Cosanpa pós-privatizada. O prejuízo só não foi maior para a categoria dos urbanitários porque o Sindicato, com muita negociação e pressão, conseguiu articular emendas que garantiram a irredutibilidade salarial e a possibilidade de cessão a outros órgãos e entidades, em comum acordo com o trabalhador/a.

A entidade sindical articulou ainda uma terceira emenda garantindo que os trabalhadores/as que foram transferidos das regionais pudessem ser lotados na Cosanpa, nos municípios de Belém, Ananindeua ou Marituba, pois assim como existem aqueles que gostariam de retornar às localidades onde residiam, há os que preferem permanecer em Belém, Ananindeua ou Marituba, onde se fixaram recentemente. Essa emenda não foi aprovada.

Vamos seguir na luta pelo Saneamento de qualidade e a serviço do povo do Pará. Não vamos aceitar pagar a conta da privatização da Cosanpa. Vamos em frente, a luta continua

Maldade, arbitrariedade e autoritarismo

O aproveitamento dos trabalhadores/as da Cosanpa pós-privatização preconizado em forma de lei vem sendo buscado pelo Sindicato, desde a aprovação da privatização da Companhia.

Para isso, a entidade sindical dialogou com deputados, Cosanpa, Casa Civil etc. Mas o autoritarismo do governo do Pará, que domina o Legislativo, entre outros poderes, não abre espaço para ideias, pro postas e projetos divergentes, mesmo que venham para beneficiar uma categoria de trabalhadores e não causar nenhum prejuízo ao Estado.

Vejamos alguns desrespeitos/abusos do governo do Estado no caso do projeto de lei de aproveitamento dos trabalhadores/as da Cosanpa:

- Divulgou que o projeto de lei estaria fora da pauta de votação nesta terça-feira, 23.
- Depois, recolocou o PL em votação, numa tentativa de driblar as entidades sindicais e trabalhadores/as.
- Deixou de apresentar a emenda que torna possível a escolha do trabalhador/a de ficar em Belém ou voltar para o interior do Estado.
- Diante da aprovação dessa emenda que fora apresentada pelos deputados Lívia Duarte (PSOL) e Carlos Bordalo (PT), o líder do governo manobrou para cancelar e fazer outra votação, mas

advertindo que o governo orientava pela rejeição da emenda, numa evidente demonstração de arrogância e intransigência, mostrando que não aceita perder.

- Ignorou a proposta de Projeto de Lei feita a partir dos interesses dos trabalhadores/as e apresentada ao Legislativo pelos sindicatos.

- Prometeu enviar cópia do PL às entidades sindicais antes de enviar à Alepa, mas não cumpriu, preferindo agir sorrateiramente, às escondidas, ignorando a história profissional e de vida de cada trabalhador/a, agora vítima da crueldade desse governo.

INCONSTITUCIONALIDADE

O Sindicato dos Urbanitários do Pará irá discutir com sua assessoria jurídica uma ação de inconstitucionalidade contra itens do PL 459 aprovado pela Alepa nesta terça-feira, 23, pois mexe em direitos de fendidos pela Constituição Federal. Não vamos aceitar que os trabalhadores/as paguem a conta da privatização da Cosanpa, processo que prejudicou trabalhadores/as e vem prejudicando toda a população do Estado, com serviços ruins e tarifa inadequada. E se o serviço tinha problemas na Cosanpa estatal era justamente pelo uso político da Companhia e falta de investimentos do governo do Estado.